

1 **MINUTA DA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E**
3 **PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2021 POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA**

5 Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e
6 trinta minutos, deu-se início a 3ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do
7 dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6),
8 realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão dos
9 seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,
10 execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de
11 ausência; **Item II** - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do dia 13/04/2021; **Item**
12 **III** - Aprovação da Deliberação “Ad Referendum” nº 12/2021 de 14.05.2021 que altera o
13 nome da CTO para CTOC e dá nova atribuição; **Item IV** - Discussões e contribuições
14 dos conselheiros sobre o tema Cobrança pelo Uso do Recurso Hídrico; **Item V** -
15 Deliberação de Criação da Comissão Eleitoral para acompanhamento do Processo
16 Eleitoral 2022/2026, conforme proposta de DN em anexo, com apresentação dos
17 indicados a representar cada segmento; **Item VI** - Assuntos Gerais; e **Item VII** -
18 Encerramento. **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 26 (vinte e seis)
19 membros, representando 25 (vinte e cinco) Instituições, sendo os seguintes membros
20 da Diretoria: **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços**
21 **Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques**
22 **(Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -**
23 **SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de**
24 **Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do**
25 **Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto**
26 **Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de**
27 **Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER),**
28 **Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e**
29 **Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais),**
30 **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), representantes do**
31 **PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de**
32 **Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas),**
33 **Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla Batista de**
34 **Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER**
35 **PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de**
36 **Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de**
37 **Souza (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das**
38 **Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado**
39 **(Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC),**
40 **representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da Silva Resende (Associação**
41 **Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência**
42 **Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande),**
43 **Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano**
44 **(Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**
45 **- PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade**
46 **Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG**
47 **Campus Poços de Caldas), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho**

48 **Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de**
49 **Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Sebastião**
50 **Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho),**
51 **representantes da SOCIEDADE CIVIL.** Também estiveram presentes os seguintes
52 convidados: **Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos Comitês**
53 **de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM),**
54 **Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias**
55 **Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM) e Allan de**
56 **Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM);** Item I - A
57 reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de todos e
58 desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou a execução do Hino Nacional e
59 convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das
60 justificativas de ausências. O Presidente Rogério propôs inverter as pautas,
61 começando-se por “assuntos gerais”, pois disse que o Comitê é composto por 4
62 (quatro) segmentos e que gostaria que todos participassem com muito diálogo e que
63 trouxessem contribuições dos seus setores. A conselheira Laene sugeriu que os
64 assuntos de relevância sejam discutidos em uma reunião extraordinária, pois assuntos
65 gerais são informes, recados e assuntos diversos rápidos. O conselheiro Valnei disse
66 que há assuntos como o Plano Diretor, que são de extrema importância e devem ser
67 discutidos, ao que todos concordaram com a inversão das pautas e passou-se então
68 para o **Item VI - Assuntos Gerais;** O conselheiro José Edilberto disse que fez uma
69 planilha de pendências e encaminhou para o Comitê para que sejam administrados
70 todos os assuntos e pendências das reuniões anteriores. Um dos assuntos é o Plano
71 Diretor e a motivação para a discussão do mesmo são os itens de ações que o comitê
72 já priorizou e aprovou em uma reunião em Bom Repouso. Reiterou a relevância ou até
73 mesmo a desconsideração das manifestações do grupo de whatsapp e lembrou que o
74 mesmo não é um canal oficial, e sim a reunião da plenária é o canal oficial do Comitê.
75 O Presidente Rogério disse que o quadro de pendências será disponibilizado para
76 todos assim que tiver todas as respostas do mesmo. E concordou com a reativação do
77 Plano Diretor e a eleição para um novo coordenador da Câmara Técnica do Plano
78 Diretor - CTPD, se o conselheiro Antônio Carlos Sales for realmente deixar a CTPD.
79 Frisou que o Plano Diretor é um assunto que tem que sempre ser discutido no Comitê e
80 que a CTPD deve-se reunir com mais frequência para discutir meta por meta, trazendo
81 para a plenária a demanda para serem feitas as devidas deliberações e precisa da
82 contribuição de mais conselheiros atuantes. A conselheira Ângela pontuou que, com
83 relação ao plano diretor, o Presidente deve já convocar uma reunião com a CTPD para
84 que seja escolhido o coordenador e resgatar nas atas antigas o que já foi decidido na
85 plenária com relação ao Plano Diretor. E a partir daí trabalhar uma hierarquia de
86 necessidades para que seja dado o prosseguimento dos projetos que existe no Plano
87 Diretor, trabalhando em uma deliberação normativa que seria uma infra legal que
88 apoiaria o Comitê no caso dos recursos virem, para poder determinar para onde eles
89 vão, pois no fundo este é o problema do Plano Diretor, por ele ser do ano de 2010 e
90 portanto, estar defasado em onze anos. Outro trabalho para a CTPD seria fazer uma
91 DN nova de criação e composição, que também está defasada. Sugeriu também a
92 CTPD ter um espaço de fala nas reuniões da plenária para falar o que está em
93 andamento e colher sugestões dos conselheiros. E aprovou a ideia do quadro de
94 pendências. O Presidente Rogério concordou e disse que colocará na pauta das
95 próximas reuniões da plenária este espaço de fala para as CT's atualizarem sobre os

96 seus trabalhos. E propôs um treinamento com o Allan (IGAM), sobre as ações do
97 Plano Diretor, ao que a conselheira Ângela concordou. Neste momento, o convidado
98 Allan (IGAM) tomou a palavra e disse que já esteve em uma reunião com a CTPD para
99 conversar sobre as ações do Plano e disse que já estão fazendo, pelo segundo ano
100 consecutivo, a análise da elaboração e implementação dos planos diretores em Minas,
101 sendo que o do GD6 já está nesta avaliação, montaram também o programa de
102 aprimoramento dos planos e estão dando encaminhamento em várias bacias.
103 Concordou com este momento de discussão sobre o Plano Diretor nas reuniões da
104 plenária e deu o exemplo do GD7 onde isto já vem sendo feito em suas reuniões e com
105 isto, já se conseguiram 76% de implementação do que era previsto até o momento no
106 plano diretor deles. Disse que já combinou com a servidora Rosângela para que ela
107 acompanhe a partir de agora todas as reuniões e dê este suporte para implementação
108 das ações do Plano Diretor. E frisou que, por mais que o plano seja antigo, ele tem
109 todo um mapeamento da bacia, o lançamento de efluentes, e no caso da quantidade, o
110 maior impactante é a irrigação, a utilização para a pecuária. Lembrou que o IGAM tem
111 o interesse em dar todo o suporte para o Comitê mas que, com a cobrança, o comitê
112 vai poder ter agência e ela vai ter o papel de acompanhar melhor o plano e a partir
113 dela, vai-se poder contratar o enquadramento e através deste vai poder ter a outorga
114 de lançamento de efluentes e as coisas vão começar a fluir. O conselheiro Eduardo
115 pediu a palavra e lembrou que as algumas ações do plano já foram realizadas por
116 outros agentes da bacia, que muitas vezes até o próprio comitê desconhece e pediu
117 que o Allan pontuasse cada ação e o que já foi feito e lembrou que as câmaras
118 técnicas devem sempre atender as demandas da plenária e que neste momento onde
119 cobrança, agência e enquadramento estão sendo feitos juntos, precisa encaixar tudo
120 na mesma linha para que as discussões na plenária sejam mais assertivas. O
121 conselheiro José Edilberto pediu a palavra e solicitou a presença do IGAM em todas as
122 reuniões, especialmente neste momento onde estão sendo discutidos tantos assuntos
123 relevantes para o Comitê, para Poços de Caldas e os outros municípios da bacia. O
124 Presidente Rogerio agradeceu e passou a palavra para o conselheiro Valnei que
125 lembrou também sobre a questão da INB e pediu para convocar o gerente da INB nas
126 próximas reuniões para que ele explique sobre a barragem de rejeitos radioativos e
127 consequentemente sobre a qualidade da água que será utilizada para fazer a irrigação,
128 consumo, etc. O Presidente Rogério disse que, a este respeito, já existe um grupo de
129 trabalho que vai ser reativado e que vai incluir este assunto na CT do Meio Ambiente e
130 dar sequência nestes trabalhos. Ele agradeceu ao Allan (IGAM) e passou a palavra
131 para a Maria de Lourdes (IGAM) que disse que a gerência do IGAM tem a obrigação de
132 acompanhar estas discussões sobre o Plano Diretor e reforçou que uma das
133 atribuições é articular com todos os setores e com as entidades. E que a gerência
134 sempre vai colocar alguém para ajudar o Comitê, é só acionar. O Presidente Rogério
135 agradeceu a participação dela e passou então para o **Item II - Aprovação da Ata da**
136 **2ª Reunião Ordinária do dia 13/04/2021;** após uma pequena correção, a ata foi
137 aprovada por todos os conselheiros presentes; passou-se então para o **Item III -**
138 **Aprovação da Deliberação “Ad Referendum” nº 12/2021 de 14.05.2021 que altera**
139 **o nome da CTO para CTOC e dá nova atribuição;** não havendo manifestações
140 contrárias, a referida deliberação foi aprovada; passou-se portanto para o **Item IV -**
141 **Discussões e contribuições dos conselheiros sobre o tema Cobrança pelo Uso**
142 **do Recurso Hídrico;** o Presidente Rogério lembrou que foi enviado um material
143 fornecido pelo IGAM juntamente com a convocação e pediu que todos os conselheiros

144 leiam, estudem, para que possam contribuir com este importante tema que o Comitê
145 terá daqui para frente. Neste momento, ele passou a palavra para o coordenador da
146 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC, o conselheiro Juvenal, que frisou a
147 importância de todos os conselheiros contribuírem nas discussões sobre a cobrança, e
148 que inclusive a Maria de Lourdes (IGAM) informou a ele que existe a intenção por parte
149 do IGAM de se fazer uma capacitação sobre a cobrança para os conselheiros e ele
150 lembrou também que tem uma minuta de DN proposta pela conselheira Ângela, que
151 está sendo trabalhada, e que em um momento oportuno será trazida pela plenária para
152 apreciação, mas primeiro tem que consolidar entre os conselheiros. Ao ser citada, a
153 conselheira Ângela tomou a palavra e disse que a referida minuta é apenas um
154 rascunho baseada na DN 68 e no decreto, dizendo que gostariam de receber
155 sugestões de todos os setores, por exemplo, dos usuários, da agropecuária (criação de
156 porcos, etc), pois esta é uma área muito carente, lembrando que o estado de SP não
157 cobra da agropecuária. Lembrou que a Lei Federal dá autonomia ao comitê para
158 cobrar, mas primeiro tem que consolidar entre os participantes do comitê. Reforçou que
159 todos os setores como mineração e outros, se organizem e pensem e tragam suas
160 contribuições para começar a discutir, enviando suas propostas via email para a
161 Diretoria e esta encaminhe à CTOC para discussões. Relembrou da importância do
162 plano diretor e cobrança andarem juntos e que foram estes dois assuntos que fizeram
163 com que o segmento da sociedade civil se unisse e cobrasse isto do Comitê. Por fim,
164 ela agradeceu a sensibilidade da Maria de Lourdes por ter colocado a equipe do IGAM
165 à disposição, e disse a todos que tem uma interface, que é o comitê do Grande, e que
166 o presidente Rogério será convidado para a próxima reunião do mesmo, para que seja
167 visto como o estado de São Paulo está efetuando a cobrança, pois são bacias irmãs e
168 lembrou que existe um pacto de gestão entre os estados de Minas e São Paulo e que
169 precisa ver a interface de como isto vai funcionar. Chamou a atenção novamente dos
170 setores como o da Agricultura e a Polícia Militar, que anda muito pela bacia e tem
171 bastante conhecimento da mesma e pode trazer contribuições valiosas e fundamentais
172 para o Comitê. O Presidente Rogério agradeceu e reforçou que todos enviem as suas
173 contribuições por email, porque este é o meio oficial. O secretário Juvenal pediu a
174 palavra e lembrou que há um temor pela cobrança, achando-se que terá um hidrômetro
175 em cada lugar que não tem e disse que não será assim. O conselheiro Leonel pediu a
176 palavra e deu quatro sugestões em relação a cobrança: 1 - que a cobrança só ocorra 1
177 (um) ano após o fim da pandemia; 2 – que todo recurso arrecadado com a cobrança
178 seja destinado ao pagamento de serviços ambientais para que a área rural que tenha
179 maior contribuição ou armazenamento de água , que ela receba para pagamento dos
180 serviços ambientais; 3 – que não fique restrito à CT a questão da cobrança e que o
181 Comitê aproveite esta oportunidade para se tornar visível à sociedade e mostrar que a
182 cobrança não vem só para arrecadar recursos mas também para implementação do
183 plano diretor; 4 – que haja uma operacionalização das conversas das câmaras
184 técnicas, que a cada reunião se faça uma ata e que a mesma esteja disponível por
185 exemplo no Google Forms, impedindo que a mesma seja editada, mas que se torne
186 disponível, para não ter que esperar uma reunião de plenária, com documentos
187 chegando em cima da hora, que haja transparência nos diálogos que estão sendo
188 feitos em relação à cobrança. O presidente Rogério respondeu ao conselheiro que
189 pode-se transmitir as reuniões das CT's pelo YouTube se for da concordância de todos,
190 e disponibilizar as atas para todos. A conselheira Maria Teresa tomou a palavra e disse
191 que não concorda com a filmagem. O conselheiro Eduardo lembrou que todas as atas

192 são encaminhadas junto com as convocatórias para as plenárias e que também
193 encontram-se disponíveis no Portal dos Comitês. O conselheiro Leonel lembrou que o
194 que ele quis dizer é que haja mais celeridade. Que todos os documentos estejam
195 disponíveis bem antes da plenária. O secretário Juvenal agradeceu a contribuição do
196 conselheiro Leonel e respondeu que o Comitê é representativo em todos os segmentos
197 mas infelizmente não tem nenhum segmento aqui no comitê representando o setor
198 agropecuário e dos irrigantes e que, quem fez este papel dentro do comitê de forma
199 mais efetiva, foi a sociedade civil, dizendo que isto é louvável e lembrou que existe
200 transparência sim. Disse ainda que ele é absolutamente contra a utilização dos
201 recursos da cobrança para contratar qualquer tipo de estudo, porque está cheio de
202 estudos de universidades e outros. A conselheira Ângela tomou a palavra e pontuou
203 que esta questão de onde serão investidos os recursos vai depender do Plano Diretor,
204 e por isto cobrança e aplicação de recursos andam juntos e que pode-se colocar isto
205 como prioridade no Comitê, que sem reflorestar não há como recarregar. O Presidente
206 Rogério agradeceu e passou a palavra para o Robson (IGAM) que esclareceu que a
207 cobrança não será implementada a toque de caixa e que para isto tem lei, existe um
208 cronograma de implementação da cobrança na bacia do Grande e, passo a passo, ela
209 será cumprida. Para ilustrar, ele apresentou um slide e disse que este processo
210 começou em 2018 com os encontros em Lavras e Três Corações e dali saiu uma
211 agenda de trabalho sobre a cobrança nas oito bacias, surgindo-se então esta
212 integração dos comitês. Foi criado um Grupo de Trabalho - GT naquela época com 2
213 representantes de cada CBH mais o representante do IGAM e a partir daí, em paralelo
214 à DN 68, este GT foi trabalhando uma proposta de metodologia de cobrança e preços
215 para as bacias do Grande, e eles concluíram os relatórios no ano passado, aqueles
216 que foram enviados para todos e assim saiu esta proposta de preços e a proposta da
217 DN 68. Isto porque existe um decreto que em 2 anos a cobrança será implementada
218 em todos os estados e aqueles comitês que não discutiram a base, vão ter que utilizar
219 a DN 68, que é a diretriz geral e determina o mínimo que será implementado em cada
220 bacia. O passo seguinte é a capacitação das CT's e dos conselheiros e depois vem as
221 reuniões para discussão da metodologia e, ao fim da discussão, estas câmaras vão
222 encaminhar uma proposta às plenárias. Explicou que a fase em que estamos hoje é
223 esta das reuniões conjuntas com as câmaras técnicas para esclarecer às mesmas tudo
224 sobre a cobrança e tirar todas as dúvidas, para que estas consigam fazer esta
225 discussão da forma mais transparente possível e ao fim das discussões, seja feita uma
226 capacitação de todos os conselheiros da plenária sobre a cobrança para que se possa
227 ter condição para deixar tudo claro, o que vem do conselho, o que vem do GT, o que a
228 Câmara propôs. E a partir destas reuniões, o Comitê vai deliberar e encaminhar uma
229 deliberação ao CERH, porém antes disto, ele lembrou que o conselheiro Juvenal fez
230 uma colocação muito importante, que a cobrança será feita somente para os
231 outorgados, que o uso insignificante não vai pagar, que há uma metodologia de preços
232 diferentes para os determinados segmentos e que a DN 68 foi construída por todos os
233 segmentos, mineração, agropecuária, indústria, saneamento, etc. E que
234 provavelmente, isto será efetivado em um prazo maior mesmo, como foi proposto pelo
235 conselheiro Leonel, pois tem todo um processo de comunicação e divulgação junto aos
236 usuários da bacia, quem vai pagar, como vai pagar, quanto vai pagar e que, só depois
237 de passar pelo Conselho e o conselho deliberar, e tiver agencia, aí é que vai acontecer
238 o primeiro boleto da cobrança e que ele acredita que isto vai acontecer em no mínimo
239 daqui um ano mesmo. E que não deve-se trabalhar na base da especulação e sim da

240 transparência e dos esclarecimentos, que todas as dúvidas devem ser encaminhadas
241 para a Câmara Técnica e se a CT não conseguir existem os analistas do IGAM que
242 estão à disposição para esclarecer todas as dúvidas. Lembrou novamente que a
243 cobrança será feita somente para os outorgados e não para os outorgáveis, que
244 portanto, não é necessário ter um cadastro de usuários, pois todo usuário que tem
245 outorga vai pagar pelo uso de recursos hídricos. Com relação à utilização dos recursos
246 serem utilizados para pagamento dos serviços ambientais, ele concorda que é muito
247 importante porém a cobrança é implementada com base no programa do plano diretor
248 dos recursos hídricos e quando institui agência, esta propõe um plano plurianual de
249 aplicação dos recursos da cobrança, baseado nos programas e ações do plano diretor
250 e o Comitê vai aprovar este plano. Podem ter projetos de aplicação dos recursos em
251 serviços ambientais, mas vão priorizar outras necessidades. Citou o exemplo da bacia
252 do Rio das Velhas, onde o grande problema é a questão do saneamento e que a
253 intenção é ajudar os municípios a fazerem os seus planos municipais de saneamento.
254 Lembrou novamente que o Comitê é quem vai definir, com base no plano diretor, onde
255 os recursos serão aplicados. Lembrou da importância do comitê ser a ponte entre a
256 sociedade da bacia e os usuários. Por isto a importância da divulgação no momento
257 oportuno da implementação da cobrança. Em relação às reuniões de câmara, elas são
258 abertas a todos os conselheiros, a quem quiser participar. É só ter uma organização,
259 porque o fato do conselho participar, não significa que ele terá a fala em todos os
260 momentos, mas é autorizado aos conselheiros expressar suas opiniões e tirar suas
261 dúvidas ali e que as atas também devem ser disponibilizadas para todos. Lembrou à
262 conselheira Ângela que o próprio GT fez e encaminhou uma proposta de deliberação,
263 ao que ela respondeu que usou esta minuta e a base da DN 68 para fazer a minuta
264 dela. Robson pediu que estas contribuições sejam encaminhadas à Câmara para que
265 ela discuta e apresente uma proposta à plenária, baseado na proposta do GT e na DN
266 68, lembrando que tem um decreto que determina que a cobrança será implementada
267 em dois anos com base nas diretrizes do conselho. Disse que o IGAM está esperando
268 as propostas e contribuições até o mês de agosto/2021 e a ideia é de que as
269 discussões estejam encerradas nas Câmaras até agosto. O presidente Rogério
270 agradeceu e disse que esta proposta de todos os conselheiros participarem das
271 reuniões da CT será analisada com a Câmara para ver se chamaria por setores, mas
272 que independente disto, todas as contribuições podem ser trazidas a qualquer
273 momento pelos conselheiros. A conselheira Maria Teresa tomou a palavra e perguntou
274 ao Robson porque os demais instrumentos da gestão não foram tratados com este
275 mesmo rigor e envolvimento do estado e dos técnicos do IGAM. No caso da cobrança,
276 questionou o fato de pessoas que possuem outorga mas no momento não estarem
277 utilizando a quantidade outorgada pedida, e que deveria haver sim um cadastro bem
278 feito para que esta cobrança fosse incidida de acordo com a realidade de cada
279 segmento que utiliza as águas. Disse também que quando trabalhou com os
280 especialistas nesta questão, determinou-se que a cobrança deve andar junto com o
281 Plano Diretor e que os Planos Diretores deveriam ser seguidos pelos prefeitos, mas
282 infelizmente não são. E que ela percebe uma pressão do atual governo com relação à
283 este tema da cobrança, que este comitê sempre alertou que deveria implementar o
284 instrumento, mas frisou que o tempo está muito apertado para envolver a sociedade de
285 um modo geral e isto preocupa, que fica muito difícil este instrumento ser utilizado da
286 forma correta, que será orientar a população para o uso racional, além de também
287 fornecer recursos financeiros para implementação e tudo que precisa na bacia. Robson

288 (IGAM) respondeu à conselheira que não concorda que o órgão gestor não deu
289 atenção a todos os instrumentos, que ele acompanha o Mogi Pardo há muito tempo e
290 que o IGAM dará todo apoio e suporte necessário à esta questão. Lembrou que com a
291 implementação da cobrança começa a ter aporte financeiro para implementação de
292 outros instrumentos, como o enquadramento de corpos de água, melhorar a questão
293 da outorga. Lembrou que o usuário que não estiver utilizando toda a sua outorga,
294 poderá pedir uma revisão da sua outorga. Apesar de que o preço é tão irrisório, que
295 muitas vezes não vale a pena. Neste momento o conselheiro Eduardo disse que o
296 objetivo maior da cobrança não é arrecadar recursos e sim estabelecer o uso racional
297 pelo contribuinte. E lembrou que não há custo para as companhias de saneamento por
298 exemplo, pois isto é repassado para os contribuintes de forma que não pese para
299 ninguém. E que quando a cobrança começa efetivamente, a primeira coisa que
300 acontece é que todos os usuários, indústrias e outros, entrem com pedido de revisão
301 de suas outorgas, mesmo porque se você tem uma outorga maior do que a sua
302 utilização, você está restringindo o uso de outros usuários da bacia. Lembrou que todos
303 os instrumentos têm uma grande importância e serão levados em consideração. A
304 conselheira Ângela pediu a palavra e discordou do conselheiro Eduardo com o fato de
305 muitos pedirem para diminuir suas outorgas em uma época de crise de recursos
306 hídricos, já que o preço que os grandes pagam é irrisório e que isto penalizará os
307 pequenos. Citou as mudanças climáticas, a diminuição da água e que, com isto ela não
308 vê ninguém abrindo mão da sua reserva hídrica. O presidente Rogério agradeceu as
309 contribuições e lembrou que o ajuste tarifário é mais fácil quando se tem uma agência
310 reguladora e que este não é o caso de Poços de Caldas. Neste momento o conselheiro
311 José Edilberto questionou ao Robson (IGAM) sobre a regionalização do saneamento e
312 sobre a questão dos usos outorgáveis, se haverá um canal para fazer as denúncias.
313 Robson respondeu que a questão é regularizar os usos, e nisto o IGAM vem se
314 empenhando. Sobre a questão da regionalização do saneamento, ele passou para o
315 conselheiro Eduardo responder e o mesmo disse que não é papel do IGAM, que existe
316 uma Superintendência da SEMAD que cuida disto, e lembrou que é uma demanda da
317 lei do marco do saneamento que obrigou os estados a oferecer uma posição. Se o
318 estado e os municípios não oferecerem uma posição, a lei vai seguir de uma forma
319 protocolada. Então o que o estado está fazendo é um planejamento de blocos, e que
320 não é uma proposta fechada, está aberto à discussão e que o problema é o prazo.
321 Lembrou que a Assembléia Legislativa é aberta à participação de todos mas que
322 nenhum município é obrigado a participar, e que não há tempo para discutir isto na
323 reunião. O presidente Rogério concordou e lembrou que o repasse que o DMAE faz,
324 por exemplo, só pode ser através da tarifa e que isto é uma discussão para outro
325 momento. Maria de Lourdes (IGAM) tomou a palavra e respondeu à conselheira Maria
326 Teresa com relação ao cadastro, que entende a importância do mesmo, que já
327 trabalharam muito em cima disto, mas perceberam que 5% dos usuários são
328 responsáveis por 92% do pagamento da cobrança na bacia e que por isto não vale a
329 pena fazer o cadastro, pois há anos atrás a empresa cobrava R\$450,00 por cadastro e
330 que isto é muito caro. Hoje, estão otimizando o cadastro de outorga, e ele será muito
331 eficiente e eficaz. Reforçou que, quando o comitê estiver com a cobrança, pode-se
332 pensar nesta possibilidade de fazer um cadastro e lembrou que o mesmo não é um
333 instrumento da gestão dos recursos hídricos e sim uma ferramenta. Eduardo (IGAM)
334 lembrou que estão implementando o sistema digital, que hoje tem a plataforma IGE que
335 localiza os usos outorgados e que a intenção não cobrar dos usos insignificantes. O

336 presidente Rogério agradeceu e passou para o último item da pauta **Item V -**
337 **Deliberação de Criação da Comissão Eleitoral para acompanhamento do**
338 **Processo Eleitoral 2022/2026, conforme proposta de DN em anexo, com**
339 **apresentação dos indicados a representar cada segmento;** disse que foi recebido a
340 indicação da **Sociedade Civil**, que indicaram como representante a conselheira **Kelly**
341 **Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção**
342 **Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande** e do *Poder Público*
343 *Municipal* que indicou como representante a conselheira **Rafaela Macedo Soares**
344 **(Prefeitura Municipal de Guaxupé)** e fez o convite para o setor dos Usuários e do
345 Poder Público Estadual para indicar os seus representantes. A conselheira **Laene**
346 **Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -**
347 **FIEMG)** se dispôs a representar os **Usuários** e todos concordaram. O conselheiro
348 **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG)** se
349 dispôs a representar o **Poder Público Estadual**. Sendo assim, ficou-se estabelecida a
350 comissão eleitoral do GD6. Maria de Lourdes (IGAM) esclareceu que o processo
351 eleitoral será bem tranquilo, que a posse será em 30 de junho de 2022, que o edital
352 será publicado no final do mês de julho/2021, que a primeira ação é constituir a
353 comissão e está antecipando para fazer a mobilização, a inscrição dos interessados, a
354 reunião dos segmentos, etc. E que haverá um servidor da gerência acompanhando
355 todo o processo. Lembrou ainda que todas as reuniões serão virtuais, tendo em vista a
356 questão da pandemia. O conselheiro José Edilberto tomou a palavra e pediu
357 novamente a contribuição de todos os usuários locais e citou o conselheiro Renato
358 Pizol, para possível participação da comissão eleitoral, mas o mesmo se recusou por
359 estar com outros trabalhos neste momento. O Presidente Rogério agradeceu e concluiu
360 com a secretária o preenchimento da DN com a instituição da comissão eleitoral do
361 GD6. O conselheiro Eduardo disponibilizou para todos o link da plataforma IDE do
362 Sisema <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br> e explicou que na plataforma tem
363 as abas com Mapas base, Camadas, Consultar atributos e Ferramentas de Desenho.
364 Nestas é possível escolher o tipo de imagem de mapa, escolher a camada que se quer
365 conhecer (como a Hidrografia ou Instrumentos e Projetos Territoriais, que têm
366 importantes informações para gestão de recursos hídricos) e a partir daí pode-se
367 consultar atributos e inserir pontos ou poligonais que podem ser exportadas para o
368 Google Earth ou outras plataformas. São muitos dados e muitas funções de grande
369 utilidade. O presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a produtividade da
370 reunião. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo
371 (GD6) foi encerrada às 12h15min.